

Condenação de Lula confirma 'triste marca da democracia brasileira'

Desastroso destino de ex-presidentes

Rodrigo de Almeida relembra 7 casos



O ex-presidente Lula em sua posse como presidente da República no dia 1º de janeiro de 2003. Ao seu lado, a ex-primeira dama, Marisa Letícia, morta em 2017.

RODRIGO DE ALMEIDA

25.jan.2018 (quinta-feira) - 6h00

atualizado: 25.jan.2018 (quinta-feira) - 7h33

DUAS FACES DE UM ESTADO SOMBRIO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

O julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) – com a condenação unânime e ampliação da pena originalmente imposta pelo juiz Sergio Moro – confirma uma triste marca da democracia brasileira. Apenas 7 pessoas foram eleitas democraticamente no país – e o destino político de quase todas se revelou desastroso. Isto mesmo: 7, e em rumos politicamente trágicos.

A lembrança veio do embaixador Jorio Dauster no **seminário "Brasil: imperativo renascer"**, organizado pela **revista Insight-Inteligência** no Rio de Janeiro na última 3ª feira (23.jan.2018). Portanto, véspera do julgamento de Lula .

Getúlio Vargas, o primeiro dos presidentes eleitos pelo povo brasileiro, suicidou-se no Palácio do Catete, lembrou Dauster. O diplomata presidiu a Vale nos anos 1990, pouco depois da privatização, e é também um grande tradutor de livros.

Juscelino Kubitschek foi o segundo presidente eleito pelo povo. Terminou o mandato para pouco tempo depois ser cassado pela ditadura militar e impedido de se candidatar até morrer em acidente.

“O terceiro renunciou numa nuvem etílica”, disse o embaixador, referindo-se a Jânio Quadros, conhecido tanto pela renúncia quanto pelo apego ao copo.

O quarto – Fernando Collor de Mello – foi impedido.

“Mais adiante temos um que ainda consegue passar pelas ruas”, disse, ao tratar de Fernando Henrique Cardoso (hoje, a bem da verdade, redimido pelo menos por seus apoiadores, que nos primeiros anos após o tucano deixar o governo, sequer conseguiam defender seu legado).

A sétima – Dilma Rousseff – também foi impedida, como o quarto.

Antes dela, como sabemos, Lula terminou o mandato com altíssima aprovação popular, elegeu a sucessora mas, engolfado por Sérgio Moro e pela Lava Jato, foi condenado em primeira e segunda Instância. Sobre ele, Jorio Dauster limitou-se a dizer no seminário: “O sexto terá encontro com o destino amanhã” – ele e praticamente todos os observadores políticos duvidavam da condenação.

O destino de Lula não foi completamente selado pelos 3 desembargadores do TRF-4, mas seu horizonte sombrio já parece sacramentado: enquanto as massas anti-lulistas gritam de alegria, restará ao ex-presidente lutar até o último recurso para prosseguir sua candidatura à Presidência da República e escapar da prisão.

Alguns criminalistas acreditam que Lula pode ser preso mesmo antes de esgotados todos os recursos em instâncias superiores, enquanto muitos anti-lulistas defendem a ideia de que o ex-presidente deve ficar livre para se candidatar, na crença de que a prisão o tornará um mártir – sabe lá se levam essa ideia a sério.

MICROCÉFALO SOCIAL E POLÍTICO

O fato é que, como lembrou Jorio Dauster, a história do presidencialismo – e mais do que isso, da nossa democracia – é desabonadora. Para o embaixador, uma tragédia. Segundo ele, nessas décadas de democracia deu-se um descompasso entre a falência do sistema político e uma série de desenvolvimentos reais percebidos na economia e na sociedade. De acordo com tal argumento, o Brasil seria um gigante na economia, mas um gigante microcéfalo em termos sociais e políticos, segundo suas palavras.

Não faço coro àqueles que enxergam no sistema político um retrato de nossa desgraça institucional. Não vejo falência absoluta no sistema, nem acredito que temos a pior política do mundo ocidental – basta ver a crise das instituições democráticas tradicionais no mundo rico, com questionamentos generalizados sobre a política e os políticos na Europa e nos EUA.

É impossível, no entanto, fugir do ceticismo diante do cenário de democracia arrasada: independentemente de que lado você esteja, o lado sombrio da avaliação deve prevalecer. Para os apoiadores de Lula, a afronta ao estado de direito pela ação inclemente e politizada do Judiciário sobre o líder das esquerdas. Para os anti-lulistas, o retrato de um político e um partido corrompidos pelo dinheiro e pelo poder. Para os não-partidários e/ou indiferentes (ou para todos), um sistema endemicamente corrompido.

Muita gente provavelmente até se esqueceu de que, no julgamento de ontem, estava em jogo o recurso da defesa de Lula à condenação do juiz Sergio Moro especificamente no caso do triplex do Guarujá. É inevitável a reflexão: Lula e o PT podem ter se lambuzado (na famosa expressão do ex-ministro Jaques Wagner) nas relações promíscuas com empreiteiras. Mas se deveria prevalecer a letra do direito, deveria prevalecer também a força das provas para condená-lo neste caso.

Já escrevi neste Poder360 sobre o que considero a doutrina de Sergio Moro, ontem enfaticamente defendido pelos desembargadores do TRF-4: Lula é culpado até prova em contrário, e o ônus da prova é do acusado. Por isso virou fala de mudos e audição de surdos apontar a insustentável ausência de provas ao anotar o crime de corrupção passiva que Sergio Moro e os três desembargadores enxergaram.

A prova que sustenta a condenação é o depoimento do delator Leo Pimento, da OAS – que sequer foi taxativo, ao dizer que “foi informado” de que o apartamento estava reservado para Lula e sua família. Ah, matérias do jornal O Globo também viraram prova documental na histórica sentença de Sergio Moro.

A inovação jurídica da condenação confirmada ontem também se dá na figura inexistente no direito, o “ato de ofício indeterminado”. O crime de corrupção passiva exige a correspondência cristalina entre uma vantagem recebida pelo corrompido e um ato de ofício praticado por ele, como autoridade pública, em favor do corruptor. Não há este ato de ofício, mas para o Ministério Público Federal, Sergio Moro e os desembargadores do TRF-4, há sim, um ato de ofício... que Lula assinaria quando surgisse a oportunidade.

Como no julgamento do mensalão, entendeu-se não ser algo necessário determinar a existência desse ato de ofício correspondente à propina recebida.

DEMANDAS E CONFLITOS

Esses novos entendimentos jurídicos na condenação de políticos, assim como a supremacia do Judiciário na cultura anti-política atualmente em vigor no país, constituem a outra face do estado sombrio da nossa democracia. Tão temerária quanto ter partidos, políticos e sistema corrompidos. Tão inquietante quanto a crescente incapacidade de políticos, partidos e institucionais democráticas de atenderem às demandas da sociedade.

Problema apontado pelo cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, no mesmo seminário no qual falou o embaixador Jorio Dauster. Ao fazer uma projeção sombria dos próximos 20 anos, Santos alertou: seremos 230 milhões de habitantes, segundo projeção do IBGE, dos quais 160 milhões de eleitores, caso sigamos a mesma proporção atual entre população e voto.

Isto mesmo: 230 milhões de brasileiros em gigantesca demanda de saúde, educação, saneamento, segurança, transporte e oportunidade de ascensão social; 160 milhões de eleitores inundando as urnas a cada dois anos e com variada gama de interesses diferentes e contraditórios. “Votos e demandas atijados pelos indicadores de sofrimento”, segundo palavras de Wanderley Guilherme dos Santos.

O risco, o enigma para as próximas duas décadas, segundo o cientista político, aponta para a declinante capacidade das instituições de absorverem e acomodarem demandas e conflitos. “O Brasil que nos aguarda em 20 anos deveria garantir à população finalmente o seu direito à vida, à liberdade e à propriedade” – a tríade de escolhas do mundo ocidental desde o século 17, na formulação do filósofo inglês John Locke, lembrou Wanderley Guilherme dos Santos.

O Brasil, no entanto, é um país em que “o acaso é a única proteção da vida e da liberdade dos cidadãos”, disse o professor, que se perguntou:

“Como é possível que a miséria se transforme em vida digna e segura se a vida anda por um fio, a liberdade é transitória e a propriedade não acumula? Sem o respeito à vida, à liberdade e à propriedade dos filhos da terra, não haverá país em 20 anos, mas simulacro de nação?”.

Provocações para os especialistas em um Brasil pós-Lula, pós-Moro, pós-Justiça e pós-democracia. Tempos sombrios.